

Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento

RESUMO

O objetivo deste artigo é desenvolver um conceito de objetividade em jornalismo. Para isto, toma-se como ponto de partida a teoria do conhecimento. Pretende-se discutir a diferença entre objetividade de um lado e de outro lado relevância, exatidão ou precisão, neutralidade, imparcialidade, pluralismo, consenso e utilidade. Neste contexto deve-se analisar se, e como, estes conceitos podem contribuir para esclarecer o problema da objetividade em jornalismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to develop systematically a concept of objectivity in journalism. To do so, the theory of knowledge is employed. Differences between objectivity on the one hand, and the concepts of relevance, accuracy and precision, neutrality, impartiality, pluralism, consense, agreement and useability, one the other hand, are discussed. In this context it will be examined more closely whether or not these concepts can help clarifying the problem of objectivity in journalism.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Objetividade (Objectivity)
- Jornalismo (Journalism)
- Mídia (Media)

Liriam Sponholz

Mestre em História pela UFPR e doutoranda em comunicação pela Universidade de Leipzig (Alemanha)

OBJETIVIDADE É A PALAVRA-CHAVE para muitos jornalistas, acadêmicos, leitores de jornal, ouvintes de rádio ou telespectadores tirarem as pedras do bolso. Esta postura, no entanto, tem prejudicado que se reflita no que jornalistas, acadêmicos, leitores de jornal, ouvintes de rádio, telespectadores e críticos da mídia estão pensando quando falam de objetividade. Mesmo quando eles utilizam esta palavra para dizer que objetividade não existe.

Vários estudos se esforçam para mostrar a impossibilidade de ser objetivo e criticam a mídia por não ser neutra, como se fosse possível “ler” a realidade sem interpretá-la, sem encarar os fatos a partir de uma determinada perspectiva.

Apesar de todos os tabus, “objetividade” continua na pauta, seja qual for o conceito que esteja por trás dela. Em uma análise de 21 livros sobre redação jornalística, Hohlfeldt (2001) chegou à conclusão de que objetividade foi a categoria jornalística mais citada, seguida de exatidão e precisão. Quando o objeto de análise foi uma série de entrevistas com jornalistas brasileiros renomados (como Cláudio Tognolli e Elio Gaspari, entre outros), as categorias mais citadas foram veracidade e objetividade, o que mostra o quanto o tema ainda ocupa as redações, as salas de aula e as mesas de bar.

Uma das razões para isto é provavelmente o fato de a tarefa principal do jornalismo ser a de informar. Parte-se do pressuposto que o que está nos jornais deve ter alguma coisa a ver com aquilo que de fato aconteceu. Objetividade – entendida aqui como a relação entre realidade social e realidade midiática – é uma condição sine

qua non para a mediação de informações. Se não é possível estabelecer uma relação entre ambas as realidades, não é possível transmitir informações. Se esta relação não existe, é necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as conseqüências publicísticas e políticas que isto significa.

Objetividade na mídia e no jornalismo

O debate sobre objetividade não é exclusividade do jornalismo. A ciência e a justiça conhecem o problema também. A questão porém recebe cores próprias quando se trata de mídia. O processo de produção, o alcance, o objetivo e as tarefas que envolvem a mídia exigem uma interpretação própria do problema.

No caso do sistema midiático a questão pode ser tratada de diferentes maneiras: desde o sistema como um todo até as atitudes dos jornalistas (Bentele, 1988, p. 212). Dentro do sistema, a questão pode ainda ser vista através das diferentes fases no processo publicístico (Bentele, 1988a, p. 13).

Com relação ao sistema midiático como um todo, Bentele faz uma diferença entre objetividade na mídia e objetividade em jornalismo. Quando, por exemplo, o Chairman da Disney Michael Eisner diz que preferiria que a ABC não cobrisse a Disney, que isto não seria apropriado e que a ABC News sabe que ele não gostaria deste tipo de cobertura (cit. Lieberman, 2000), o problema não é só de objetividade no jornalismo mas também de objetividade na mídia.

A diferença entre ambas, no entanto, não deve ser vista como algo absoluto. Na prática, os dois problemas são quase inseparáveis. No exemplo citado, é provável que a postura do chefe da conglomeração Disney conduza para uma autocensura dos jornalistas da ABC, quando o tema da notícia envolve aquela

empresa (Lieberman, 2000).

Quando se focaliza o processo jornalístico, Bentele propõe uma diferenciação entre objetividade jornalística, objetividade textual e credibilidade. Objetividade jornalística compreende a produção de uma relação/conexão entre a realidade primária e o texto. Para produzir esta conexão, a observação da realidade através dos jornalistas deve seguir regras e normas que contribuam para evitar uma percepção falsa. A objetividade jornalística corresponde à fase de produção da notícia em que o jornalista se informa para depois informar os outros (Fidalgo, 1988), ou seja, quando a realidade ainda não foi codificada em signos. A objetividade textual se refere à relação entre realidade e texto, à fase em que a realidade é codificada em signos. Credibilidade é a percepção do receptor sobre a relação entre realidade social e realidade midiática.

Resumindo: objetividade em jornalismo deve ser entendida como a relação/conexão entre realidade social e realidade midiática, como a busca e a aproximação da realidade através do jornalismo. Objetividade jornalística, por sua vez, deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática. Objetividade é portanto uma discussão sobre a possibilidade de se conhecer a realidade, ou seja, uma questão para a teoria do conhecimento.

Objetividade e realidade: o processo de conhecimento

Neste trabalho parte-se dos seguintes pressupostos:

- Há uma realidade ou mundo externo (Aussenwelt), que não é fruto e nem depende da nossa percepção para existir;
- É possível estabelecer um contato com esta realidade e, através deste, conhecê-la;

- O conhecimento da realidade é sempre seletivo, perspectivo e construtivo. Estes são aspectos constitutivos do processo de conhecimento.

Por exemplo, o fato de que eu só posso “conhecer” o sol através do que os meus olhos possibilitam, através da minha percepção do sol, não significa que o sol não existe (Bentele, 1982; Früh, 1994; Popper, 1984). Respeitar as condições do processo de conhecimento é fundamental para definir objetividade e para determinar as suas possibilidades reais. A produção de uma conexão entre as realidades social e midiática só é possível se existir uma realidade além daquela que a mídia apresenta.

Uma vez que esta realidade existe, é possível estabelecer um contato com ela. Uma das evidências deste contato é a adaptação do homem ao meio ambiente (tanto natural quanto social). No entanto, é impossível conhecer a realidade inteiramente, pois o nosso sistema nervoso e a nossa capacidade de percepção são limitados. No exemplo dado, os nossos olhos não conseguem fazer um reconhecimento exato e completo do sol.

Devido à limitada capacidade de percepção da realidade, o homem escolhe o que quer saber. Quando alguém entra em uma sala procurando um lugar para sentar, vai observar as cadeiras e deixar de ver outras coisas. Quando se observa a realidade, o homem a realiza sempre de maneira seletiva. O mesmo acontece com a mídia e o jornalismo. Não é possível noticiar tudo. Portanto, existem aspectos da realidade que serão deixados de lado. Isto significa que os critérios de seleção utilizados pelos jornais são passíveis de discussão, mas o fato de haver uma seleção, não, como será discutido nas páginas seguintes.

O homem à procura da cadeira também parte da sua própria perspectiva, do que lhe interessa naquele contexto – naquele instante e local. A percepção da realidade é sempre perspectiva: depende

de quem observa, de quando, de onde.

Quando esta pessoa contar a história da busca da cadeira para alguém, o fará não só de maneira seletiva e perspectiva, mas também reconstruirá a história. O que ela contar não é mais a realidade, mas sim uma representação desta. O jornalista vive o mesmo processo quando transforma o que observou em signos: o que os seus textos contêm não é mais a realidade, é uma construção desta. Isto porém não significa que o que ele escreveu não precisa ou não pode ter uma relação com o que observou.

Não se trata portanto de uma posição construtivista. Esta nega a possibilidade de acesso ao mundo externo a nós (Außenwelt), uma vez que o nosso mundo é formado através da nossa percepção, do nosso sistema nervoso, que é um sistema fechado em si. A idéia defendida neste artigo também não se aproxima de uma concepção positivista. Não é possível conhecer a realidade como um todo e, conseqüentemente, não é possível espelhar a realidade na mídia:

“Perceber e conhecer não precisam ser necessariamente entendidos como construção ou como retrato da realidade. Muitos aspectos apontam para entender, perceber’ e, conhecer’ como retrato através de construção da realidade”. (Bentele, 1993, 160)

Quais são as conseqüências dos aspectos subjetivos inerentes ao processo de conhecimento para a discussão sobre objetividade? A primeira delas é de que objetividade não pode mais ser entendida como o contrário de subjetividade, mas sim como a busca e aproximação da realidade. Subjetividade faz parte deste processo.

Um texto não pode ser considerado objetivo quando ele espelha a realidade e isto também não pode ser cobrado do jornalista. Como não se pode conhecer a realidade de maneira completa e absoluta, objetividade passa a ser uma questão

de grau. A objetividade absoluta, entendida como o conhecimento absoluto e total da realidade, não existe. Além disso, todo conhecimento passa a ter um caráter hipotético, que sempre pode ser substituído por novas possibilidades que se aproximem melhor da realidade. Não existe conhecimento absolutamente seguro (Popper, 1984).

O fato de a observação ter sido feita por um sujeito, ou seja, a partir de uma perspectiva, não impede que se possa se aproximar da realidade. O fato de um repórter relatar o que viu a partir de um ponto de vista não significa que o que ele conta é mentira ou invenção sua.

Reconstruir a realidade não pode ser interpretado como antônimo de ser objetivo. A realidade que se vê nos jornais não é e não pode ser os fatos que foram observados. No entanto, ela pode e deve ser uma reconstrução que tem a realidade observada como base, como pressuposto.

Outras conseqüências se tornam evidentes quando se analisam certos conceitos, regras e “princípios éticos” que têm sido associados com objetividade: deve-se noticiar com precisão; o texto deve ir direto ao tema; jornalistas devem informar, mas nem devem opinar; é preciso ouvir os dois lados de uma questão. Quais destas normas são de fato necessárias, quais delas ajudam e quais não têm nenhuma associação com a possibilidade de conhecer e mediar a realidade?

“Objetividade” como relevância

Em plena guerra do Iraque, na primeira semana de abril, houve um massacre devido a conflitos étnicos no Congo, que teria deixado quase mil mortos em um só dia. Neste país já morreram mais de 3,3 milhões de pessoas em quatro anos e meio em conflitos com grupos rebeldes, que não só matam suas vítimas, como também comem os cadáveres e obrigam os familiares dos mortos a fazer o mesmo.

Embora o massacre tenha recebido a atenção da mídia, é sensato se perguntar se o espaço destinado ao tema condiz com a sua importância.

Na Alemanha, um grupo de professores de comunicação fundou uma espécie de media watchers – “Initiative Nachrichtenaufklärung” – que todo ano divulga nos países de língua alemã uma lista de temas de relevância social que não receberam a atenção ou foram pouco destacados pela mídia. Neste ano, por exemplo, faz parte da lista os maus-tratos a idosos em asilos através do suposto uso excessivo de medicamentos, como calmantes, para que eles fiquem sob controle e se reduza a necessidade de pessoal nestes estabelecimentos.

A lista de temas que a mídia não trata é grande. E a pergunta que surge quando se observa isto é: um jornalismo que ignora parte da realidade pode ser objetivo?

Na concepção deste trabalho a questão está mal colocada. Como todo conhecimento é perspectivo, a imprensa não pode tratar de todos os assuntos. O que se pode discutir é por que estes e não outros assuntos deixaram de receber a atenção da mídia. Esta, no entanto, não é uma questão de objetividade, mas sim de relevância.

Neuberger (1996, p. 89) resume o debate em duas perguntas: o que é verídico e o que é importante. A primeira corresponde ao problema da objetividade e a segunda, ao problema da relevância.

A escolha de pauta é um problema de relevância (o que é importante) e não de objetividade (o que é verídico). O mesmo acontece com o lide: a escolha de um aspecto principal dentro de um tema ou acontecimento não segue critérios de objetividade, mas sim de relevância. Escrever um texto no qual o primeiro parágrafo responde às perguntas sobre o que, quem, quando, onde, como e por que não garante que o que se conta é verídico.

Em outras palavras, este formato de texto, também chamado de modelo

da pirâmide invertida, isoladamente, não contribui para a objetividade textual. O lide pode tornar o texto mais preciso com relação ao fato, ou seja, pode ser um instrumento de ajuda na busca e aproximação da realidade, mas não é per si objetividade.

No entanto, é importante observar que o modelo da pirâmide invertida não pode ser reduzido a um formato de texto (problema que se inseriria na objetividade textual). As cinco perguntas que o primeiro parágrafo procura responder também servem como roteiros no processo de reportagem.

O lide pode ser um instrumento de ajuda para o levantamento de informações que ajudem a alcançar exatidão, precisão e um grau mínimo de abrangência. Neste sentido, o lide pode contribuir não só para a objetividade textual como também para a objetividade jornalística.

Neuberger (1996) entende objetividade e relevância não só como questões diferentes, como também independentes. Não se pode justificar a escolha de um tema pelo fato de ele ser verídico, assim como não se pode justificar que um tema é importante porque é real.

Quando o pauteiro escolhe os temas sobre os quais as notícias serão produzidas, o seu critério não é o que é verdadeiro. Isto será checado depois.

Nos exemplos dados acima, pode-se mostrar que tanto a guerra do Iraque quanto o massacre no Congo aconteceram realmente.

O fato de que os jornais não noticiam sobre maus-tratos de idosos não significa que tudo o que é publicado nos jornais é falso.

Entretanto, ao contrário do que Neuberger afirma, há casos em que a objetividade, ou seja, a busca da realidade, depende de quão relevante o tema é considerado. Uma vez escolhido o tema que será objeto de investigação do jornalista (escolha de pauta, ou seja, relevância), o problema pode ser

investigado de maneira menos ou mais intensiva, o que afeta a objetividade.

Um assunto de menos importância pode merecer uma nota no jornal e o repórter/redator/editor vai se contentar com as informações de um release.

Um outro tema pode resultar em uma reportagem, o que exige do jornalista uma pesquisa mais apurada. Em ambos os casos, a busca da realidade será afetada pelo grau de importância que se dá ao fato.

É importante, porém, saber separar as duas questões para que se saiba localizar onde está o problema na cobertura de mídia e como solucioná-lo.

“Objetividade” como clareza e exatidão ou precisão

Clareza, exatidão e precisão afetam sobretudo a objetividade textual. No caso da exatidão e precisão, pode-se falar também em objetividade jornalística, no sentido de que o jornalista deve levantar informações de maneira mais exata e precisa quanto possível.

Tanto nos manuais de redação quanto no imaginário de jornalistas e em estudos de comunicação estas palavras têm sido utilizadas como sinônimos ou como diretamente relacionadas, embora não se investigue de fato até que ponto objetividade consiste ou depende de clareza e exatidão ou precisão. Uma das tentativas de sistematização foi feita por Hohlfeldt (2001) na pesquisa citada no começo deste texto. A partir da análise de livros sobre texto jornalístico (como manuais de redação), o pesquisador constatou:

“Clareza e simplicidade, embora categorias formais, tendem a auxiliar o desempenho das categorias de conteúdo, em especial a objetividade e a exatidão/precisão, eis que resultam na concisão, categoria formal que se segue às mencionadas até aqui. Efetivamente, um texto simples e claro é conciso, e permite

que a objetividade, a exatidão, a veracidade, enfim, que resultam na imparcialidade, sejam melhor percebidas pelo receptor. Podemos afirmar, portanto, que as categorias clareza e simplicidade são menores ou auxiliares das quatro outras. Deveríamos, portanto, refletir mais aprofundadamente a respeito da categoria objetividade, para muitos o grande mito da comunicação jornalística”. (Hohlfeldt, 2001, p. 2)

A preocupação em se redigir de maneira simples, clara e concisa é com o receptor. Para conseguir transmitir informações, para “traduzir” e organizar o mundo (tarefas do jornalismo) para o receptor, é preciso que o texto seja compreensível. Este é o aspecto que se encontra no centro desta discussão, e não a relação entre realidade social e realidade midiática. É possível que um texto seja claro, preciso e exato mesmo quando relata uma situação de um fato fictício.

Exatidão e precisão podem contribuir para a busca da realidade, para que o jornalista se aproxime do que de fato aconteceu: quem atirou primeiro, os policiais ou alguém da multidão? Neste sentido, estes dois critérios podem contribuir para a objetividade. Esta, porém, não pode ser reduzida à exatidão ou precisão.

O grau de precisão de um noticiário também envolve relevância. A idade do presidente, por exemplo, pode ser verdadeira, mas não é relevante, a menos que se noticie sobre a doença da qual ele sofre.

“Objetividade” como neutralidade, imparcialidade e pluralismo

O modelo da pirâmide invertida possibilita não só clareza e precisão. Segundo seus defensores, o lide contribuiria para evitar que o redator expresse sua opinião. No

entanto, este modelo não conseguiu banir a opinião dos textos jornalísticos. O que o lide, que se pauta na relevância dos fatos, possibilita é, segundo Chaparro, uma separação entre comentário e notícia, entre texto argumentativo e texto narrativo (Chaparro, 1994, p. 75; 1998, p. 97).

A separação entre comentário e notícia não significa uma divisão entre informação/fato e opinião. Perspectividade, seletividade e construtividade representam uma subjetividade inevitável, que está presente tanto nos comentários como nos “textos informativos”.

A separação absoluta entre subjetividade e objetividade é não só impossível, como também indesejável. Ambas não podem ser tratadas como antônimos (Bentele, 1982; 1988). Subjetividade é uma condição para a objetividade, uma vez que a busca da realidade sobre um determinado problema pressupõe interesse.

Um outro significado que tem se dado à palavra neutralidade surge da troca de views por news, que precisa ser entendida no contexto da história da imprensa. Esta substituição, que surge com a penny press nos Estados Unidos, tem sido freqüentemente associada à objetividade (a respeito, ver Schiller, 1981).

A noção de objetividade como neutralidade ou imparcialidade e pluralismo envolve tanto a objetividade jornalística quanto a objetividade textual, ou seja, tanto a possibilidade ou o “dever” de o jornalista abdicar do seu ponto de vista e ouvir defensores de pontos de vista variados quanto o de seu texto apresentar opiniões diferentes de maneira equilibrada e não tendenciosa.

Como pano de fundo da idéia de “opinião como impedimento de objetividade” aparece a relação entre mídia e realidade. Schulz resumiu a discussão sobre o assunto em duas concepções básicas: a visão ptolemaica e a visão copernicana, que correspondem à reivindicação de neutralidade e imparcialidade, de um lado,

e à de pluralismo (entendido aqui como tolerância com e expressão de diferentes pontos de vista), de outro.

A visão ptolemaica parte do princípio de que há um antagonismo básico entre mídia e sociedade. “De acordo com esta concepção, a mídia é um corpo estranho, com o potencial de controlar e manipular indivíduos e grupos sociais, de prejudicar a sociedade” (Schultz, 1989, p. 140).

Os “ptolemaicos” entendem que a função da mídia – sobretudo da mídia “informativa” – é espelhar a realidade. Ela seria um mediador passivo da realidade. Segundo esta corrente, se os meios de comunicação não espelham a realidade, então eles a deformam.

No caso dos copernicanos, muitos aspectos da realidade midiática que são vistos como disfuncionais na concepção ptolemaica (e por isso criticados) – por exemplo, seletividade ou desequilíbrio – são considerados não só como efeitos colaterais inevitáveis, como também como funções desejáveis.

A realidade, que para os ptolemaicos é o objeto e o ponto de partida da comunicação, é para os copernicanos o resultado desta. Para estes, a construção da realidade tem duas fontes: os eventos “objetivos” e suas características e as regras de processamento da informação, bem como as experiências do sistema midiático.

Na visão copernicana, objetividade é tratada como uma meta abstrata, como um ideal. O melhor caminho para se aproximar da realidade seria através da concorrência entre diferentes versões da realidade, bem como a discussão crítica entre elas.

Früh (1994) considera as duas posições como “ideais”. Para se mostrar a realidade sem distorção, é necessário pressupor que é possível conhecer a realidade completamente e espelhá-la. Como a nossa capacidade de percepção e recepção de informações é limitada, isto não é possível. Por outro lado, a divulgação de pontos de vista diferentes como meio de

se aproximar da realidade esbarra no fato de que a oferta de informações é cada vez mais homogênea.

O próprio Schulz alerta para um outro problema da visão copernicana: “Um ponto de vista pragmático como este aceita a possibilidade de que representações falsas da realidade também sejam aceitas e se tornem base da ação coletiva” (Schulz, 1989, p. 143).

Em ambas as concepções, considera-se o conhecimento da realidade possível, seja através do seu espelhamento ou da aproximação da realidade através da mediação de pontos de vista diferentes.

O ponto de vista ptolemaico exige da mídia o que é humanamente impossível: conhecer a realidade completa e absoluta.

A segunda posição parece equivocada não só por causa da homogeneidade do que a mídia oferta, mas também porque a soma de todas as opiniões a respeito de um problema não é necessariamente igual à realidade.

A idéia da mídia como ágora, como mediador neutro, através da qual pontos de vista diferentes devem ser apresentados com as mesmas chances, corresponde ao cumprimento de uma tarefa política do jornalismo, mas não necessariamente a uma perspectiva baseada na teoria do conhecimento.

Por trás dos conceitos de imparcialidade (o jornalista não deve opinar e o texto deve apresentar apenas os fatos) e pluralismo (todas as opiniões devem ser apresentadas) se encontram tanto a idéia de que é possível se aproximar da verdade através dos diferentes pontos de vista sobre um problema quanto a idéia de que é impossível conhecer a realidade.

No segundo caso, a impossibilidade de um contato com a realidade deve ser substituída pela soma de opiniões diferentes. Philomen Schönhagen (1998) analisou a trajetória de jornais alemães dos séculos XVIII e XIX no que diz respeito à noção de imparcialidade. Segundo esta

pesquisadora, os editores de jornais não tinham como objetivo a apresentação da verdade, mas sim a divulgação de notícias e a exposição da (suposta) “verdade” de terceiros. Este foi o aspecto decisivo na discussão de imparcialidade (Schönhagen, 1998, p. 24).

Segundo Schönhagen, a idéia é acompanhada de uma politização e pluralização crescente da sociedade. A postura de defender um determinado ponto de vista simplesmente não condiz mais com as necessidades de um jornal que passa a ser organizado como empresa. Imparcialidade jornalística está aliada não só com uma tarefa política, mas também segue uma orientação de atender às necessidades do leitor. Não se trata só de democracia, mas também de economia de mercado. Isto fica claro através dos critérios que os próprios editores associam com imparcialidade: 1) credibilidade das fontes; 2) neutralidade do mediador (que não pode tomar do leitor a sua capacidade de formar uma opinião própria sobre um tema); 3) uma mediação fiel; 4) esta deve ser orientada nos diferentes interesses e necessidades do leitor (Schönhagen, 1998, p. 29).

O que está por trás das normas da imparcialidade de um lado e da objetividade (em uma perspectiva da teoria do conhecimento) de outro são na realidade diferentes funções do jornalismo. Schönhagen mostra que:

“A norma da imparcialidade ou objetividade está atrelada em primeira mão com uma determinada concepção sobre a função do jornalismo, que é a de uma instância de mediação neutra da comunicação social, e esta função pode derivar tanto de uma posição econômica pragmática quanto de uma postura ideológica (...) Decisiva para a condução da norma da imparcialidade ou para a parcialidade é a pergunta sobre qual função o jornalismo deve exercer.”(Schönhagen, 1998, p. 260)

Com relação à objetividade, entendida como uma relação entre realidade social e realidade midiática, Schönhagen defende que seria melhor renunciar a ela:

“O princípio da imparcialidade não foi desde o começo um ideal, mas sim claramente um meio para um fim. Além disso, o conceito de imparcialidade comprova ser essencialmente mais concreto e conduz menos a equívocos do que o de objetividade. As exigências de ambos princípios também podem ser compreendidas de maneira mais concreta e visível como dimensões da imparcialidade do que no quadro que a problemática da objetividade tem oferecido até agora. Por causa disso, aqui deve ser feita a proposta de – no interesse de um esclarecimento dessa norma profissional do jornalismo, como também da sua visibilidade e sua praticabilidade – substituir o conceito de objetividade de uma perspectiva da teoria do conhecimento (que conduz a erros) pela imparcialidade.”(Schönhagen, 1998, p. 261)

Não se coloca em questão que o conceito de imparcialidade está ligado à concepção que se tem sobre as funções sociais da imprensa. No entanto, o problema não é a função que o jornalismo deve exercer e sim a função que o jornalismo pode exercer através da imparcialidade. E a exigência de neutralidade, imparcialidade ou pluralismo responde à necessidade de que o jornalismo seja o espaço em que diferentes segmentos sociais com posturas variadas e até mesmo contraditórias se encontrem para discutir os problemas que afetam a sociedade. Para que o jornalismo represente esta ágora, é preciso ser plural. Isto, no entanto, não tem necessariamente a ver com objetividade no sentido de busca ou aproximação da realidade.

Imparcialidade não consegue cumprir sozinha a tarefa informativa do jornalismo. Caso contrário, seria suficiente que o jornalista que produz notícias sobre o conflito entre os israelenses e palestinos simplesmente ouvisse o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, e os seus opositores e de outro lado o presidente dos territórios palestinos autônomos, Yasser Arafat, e seus críticos. Este seria um noticiário “objetivo”. O trabalho dos repórteres, fotógrafos e cameramen que é produzido nos locais de conflito seria totalmente desnecessário para uma cobertura “objetiva”. Pesquisa ou investigação jornalística passaria a ser muito mais fácil (e também mais barata): basta ouvir os defensores de opiniões contraditórias.

Declarações de pontos de vista diferentes sobre um tema ou fato não conduzem necessariamente para uma aproximação da realidade, mesmo quando eles se contradizem. É possível, por exemplo, que durante uma greve o sindicato afirme que 80% da categoria aderiram ao movimento enquanto o setor patronal garante que apenas 3% dos trabalhadores não compareceram ao trabalho e que ambos os índices estejam errados.

Fontes contraditórias também podem concordar em alguns aspectos e simplesmente calar sobre outros. Um dos exemplos disto é quando políticos concorrentes se criticam, sem no entanto tocar em temas sobre os quais ambos teriam que se explicar.

Um outro problema é que nem todas as perspectivas de um problema podem ser explicadas através dos defensores de opiniões contraditórias. O jornal O Estado de S. Paulo, por exemplo, publicou uma notícia sobre uma lei que penaliza pais de menores de 14 anos caso seus filhos não freqüentem a escola. As fontes utilizadas pelo repórter foram a deputada autora da proposta, o ministro da Educação, uma deputada da oposição e a secretária municipal de uma cidade no Espírito Santo.

Nenhuma criança, nenhum pai ou mãe, nenhum assistente social que trabalhe em uma região afetada pelo problema foi entrevistado.

Informações destas fontes não trariam necessariamente novas opiniões sobre o problema, mas poderiam apontar para outras perspectivas, que são indispensáveis para se avaliar a questão. No entanto, de acordo com o critério de imparcialidade ou pluralismo, esta notícia seria considerada “objetiva”.

Imparcialidade e pluralismo podem contribuir para se alcançar a realidade, ambos podem ser instrumentos de ajuda, mas não são suficientes para que se fale em objetividade. Uma notícia ou reportagem não pode ser objetiva sem ser imparcial, mas um texto jornalístico não passa a ser objetivo unicamente por ser imparcial, como o caso da notícia de O Estado de S. Paulo mostra.

Além disso, o fato de que o jornalista não tenha uma opinião formada sobre o tema ou que ele abdique desta não significa que ele esteja em melhores condições de produzir uma notícia ou reportagem que mais se aproxime da realidade. Imagine-se que um jovem repórter precise escrever um texto sobre um caso de corrupção em uma cidade do interior e ele não domine nem técnicas de reportagem e nem conheça a situação da cidade. A probabilidade de que ele confie nas fontes falsas, como por exemplo o deputado de oposição populista, que é famoso por fazer denúncias sem prova, é grande. Há ainda o risco de que aspectos importantes passem despercebidos, como o fato de familiares do prefeito trabalharem no gabinete do líder da oposição e vice-versa para evitar acusações de nepotismo.

Resumindo: o conhecimento não se torna objetivo quando a sua subjetividade é negada, mas sim quando ele é confrontado com a realidade, quando é colocado em prova empiricamente (Meditsch, 1992; Popper, 1994).

“Objetividade” como consenso

Os defensores desta concepção se inserem também na teoria do conhecimento. O problema aqui não é a função social da imprensa, como no item anterior, mas sim uma outra perspectiva do processo de conhecimento. A questão é: Pode haver uma relação entre realidade social e realidade midiática? É possível conhecer a realidade?

O que se pretende neste item é fazer uma referência à posição que os representantes do construtivismo radical e do relativismo defendem. A diferença entre os conceitos de objetividade citados tem como objetivo sistematizá-los. Na prática, estas diferentes concepções muitas vezes se misturam. Assim, um construtivista radical pode defender que objetividade não existe e que, portanto, a norma deve ser substituída por pluralismo. A concepção que será discutida aqui, no entanto, é a idéia de objetividade como consenso ou utilidade.

Os construtivistas radicais afirmam que é impossível conseguir qualquer tipo de contato com a realidade, com o mundo externo (Außenwelt), uma vez que o nosso sistema de percepção é fechado em si mesmo (Früh, 1994; Haller, 1993; Neuberger, 1996).

Segundo a perspectiva construtivista, o que as pessoas conhecem é apenas a sua percepção sobre uma suposta realidade. Como não é possível conhecer a realidade, não há sentido falar sobre objetividade.

Isto não significa que qualquer afirmação pode ser tratada como verdadeira. Segundo Haller (1993, p. 144), o repórter deve considerar cada afirmação como uma versão, mas nem toda versão é válida. Só o que for consensual será tratado como verdadeiro. Ou seja, a questão decisiva se chama consenso.

Weischenberg (1992, p. 167) completa que objetividade não é uma questão de verdade ou aproximação da realidade, mas

sim de credibilidade, confiança ou utilidade.

Isso significa também que o que contradiz um ponto de vista estabilizado é automaticamente falso. A função do jornalista não seria mais conhecer a realidade, mas sim fornecer uma interpretação conveniente da realidade. Sua medida não é mais a verdade, mas sim se esta interpretação pode ser útil para as pessoas (a respeito, ver Schönhagen, 1998, p. 250). Homogeneidade ou variedade daquilo que se intitula como saber passa a ser socialmente regulado e não através do conhecimento, como na perspectiva realista (Neuberger, 1996, p. 187).

Se é verdade o que a sociedade reconhece como tal, então a verdade é ou o conjunto de todas as afirmações possíveis ou tudo aquilo com o que a sociedade concorda. No primeiro caso, todas as fontes que a sociedade entende como “competentes” ou “aceitáveis” (de acordo com as regras sociais) devem ser ouvidas. Todo “conhecimento”, ou melhor, todas as “verdades” são igualmente legítimas. Não há diferença entre o grau de veracidade das diferentes versões. No segundo caso, passa a ser verdade tudo aquilo que todos acreditam que é.

As conseqüências para o jornalismo são claras: como não se pode conhecer a realidade, todas as afirmações são válidas. Conseqüentemente, não se poderia mais falar em manipulação na mídia. Na opinião de Bentele (1988, p. 294), “se nós reconhecermos a postura de uma teoria do conhecimento relativista (como a posição de que só há diferentes verdades subjetivas, não existe uma verdade e nem objetividade) então nós teríamos conseqüentemente que aceitar tanto a propaganda nazista quanto a cobertura jornalística em uma sociedade democrática como verdade subjetiva”.

Conclusão

Partindo do pressuposto de que é possível

buscar e se aproximar da realidade, quais são então os critérios necessários e quais são desnecessários para que um jornalista produza um noticiário que tenha uma semelhança estrutural com a realidade, em outras palavras, para que a cobertura jornalística se torne mais objetiva?

O primeiro passo para que um jornalista se aproxime da realidade é observá-la, buscá-la. As palavras-chave para a objetividade jornalística são pesquisar, investigar, levantar informações, procurar derrubar as teses tidas até o momento como certas através de novos enfoques, de fontes que ainda não foram ouvidas e perspectivas que ainda não foram consideradas. Estas são as condições básicas para que se possa produzir um texto jornalístico objetivo. Nenhum formato de texto, nem mesmo o do lide, pode resultar numa aproximação da realidade se não houver a observação desta.

O fato de um jornalista não ter uma opinião sobre o tema ou abdicar desta não torna necessariamente o seu trabalho mais objetivo. A postura de um repórter que noticia sobre um genocídio sem se alterar, sem tomar uma posição, não é objetiva, é desumana.

É provável que um profissional envolvido neste tipo de cobertura procure explicações para o fato e desenvolva hipóteses que procurem responder como e por que a catástrofe aconteceu. Isto também não representa nenhum impedimento à regra da objetividade. Esta passa a ser afetada somente se o repórter ignorar outras hipóteses, informações ou indícios que contribuiriam para derrubar a sua tese inicial. Buscar e aproximar-se da realidade não significa abdicar da sua própria opinião, mas sim estar aberto para que suas idéias sejam derrubadas pela observação empírica.

Objetividade também não significa apenas ouvir fontes que apresentem os dois lados de uma questão, mas sim fontes de todos os lados possíveis, inclusive

aquelas que não têm necessariamente uma opinião a expressar.

Buscar a realidade é uma tarefa que o jornalismo pode e deve fazer. Abdicar a ela seria o mesmo que aceitar todo tipo de manipulação e esvaziar o jornalismo de sentido, exatamente quando tanto se precisa dele .